



TRAÇAR ITINERÁRIOS, CONSTRUIR PERCURSOS:
Pistas sobre o trabalho cartográfico em uma pesquisa com crianças
sobre gênero na Educação Infantil

Ericka Marcelle de Oliveira¹
erickamarcelle2@yahoo.com.br

Lenira Haddad²
lenirahaddad@gmail.com

RESUMO

Este trabalho parte do recorte de uma investigação em nível de Doutorado que está em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL). Neste artigo são trazidas reflexões acerca da construção do percurso metodológico da pesquisa, caracterizada como uma “pesquisa *com* crianças” da educação infantil sobre gênero. Utiliza-se do conceito de cartografia proposto por Deleuze e Guatarri (1995), no qual cartografar trata-se de traçar itinerários, no sentido de acompanhar o engendramento de percursos, implicando em processos de produção, conexão de redes ou rizomas em um território a se habitar, tendo o espaço-tempo institucional da educação infantil como um lugar de encontros de distintas identidades, subjetividades, etnias, gêneros e corporeidades.

PALAVRAS-CHAVE: Abordagens da Pesquisa - Educação Infantil - Gênero.

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar *com* as crianças tem se revelado um movimento importante nos últimos anos no campo da pesquisa em educação. No Brasil, no tocante ao gênero, recentemente as pesquisas comprometidas com a escuta das crianças buscam conhecer e evidenciar a diversidade das infâncias vividas pelas crianças em múltiplos ambientes. Identifica-se o interesse de vários estudiosos da área das ciências humanas e sociais em contribuir para a construção de práticas educativas e de pesquisa que considerem a criança como ator social, a partir de uma crítica histórica, política, sociológica e antropológica aos conceitos de criança e infância, tal como aponta Barbosa (2010).

Partindo dessas proposições, este artigo busca discutir, a partir do conceito de cartografia de Deleuze e Guatarri (1995), acerca da construção do percurso metodológico de uma pesquisa *com* crianças na educação infantil sobre gênero, atualmente em

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), membro do Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Desenvolvimento Humano (GEPEIDH), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

² Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), professora e orientadora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), líder do Grupo de Pesquisa Educação Infantil e Desenvolvimento Humano (GEPEIDH).



desenvolvimento em nível de Doutorado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL).

Para tanto, considera-se que cartografar é traçar itinerários, no sentido de acompanhar o engendramento de percursos, implicando em processos de produção, conexão de redes ou rizomas. Um movimento que vai sendo construído com a experiência concreta de habitar um território existencial singular, no qual “cartografar é estar e não olhar de fora [...] é dar passagem, fazer passagem, ser passagem” (COSTA, 2014, p 75).

Essa ideia estimula o desejo de definição de procedimentos de pesquisa comprometidos em revelar e valorizar a perspectiva das crianças pequenas, seus pontos de vista, que podem ser bastante heterogêneos, dado ao fato de que além de expressarem as peculiaridades da história de vida de cada sujeito, também são marcados por suas experiências concretamente vividas em determinados contextos e momento históricos (CRUZ, 2008). Experiências essas profundamente influenciadas pelas posições que as crianças e suas famílias ocupam na sociedade, bem como pelo pertencimento a determinado gênero, etnia, religião e cultura.

2 ACOMPANHAR PROCESSOS, HABITAR UM TERRITÓRIO EXISTENCIAL

Traçar uma cartografia da ação social das crianças no tocante ao gênero no cotidiano da educação infantil requer considerar o espaço-tempo institucional como um lugar de “encontros de distintas identidades, subjetividades, etnias, gêneros e corporeidades” (GAUDIO, 2013, p. 28), marcado por duas grandes temporalidades, às quais Ferreira (2004) denomina de “tempo dos adultos” e “tempo das crianças”.

O tempo dos adultos está relacionado às ações e práticas pedagógicas dos profissionais que organizam a rotina do grupo de crianças, em variados momentos de atividades e também naqueles em que implicitamente os adultos estabelecem o que as crianças devem fazer. Já o tempo das crianças é constituído pelos momentos em que elas têm papel ativo e central para decidir como administrar, conduzir e participar ou não de atividades e interações. Ou seja, são “as crianças que decidem onde querem ir e o que querem fazer num determinado lugar e tempo, exercendo poderes plenos na recriação desse contexto” (BUSS-SIMÃO, 2013, p. 158).

Muitas vezes, as ações das crianças no cotidiano da educação infantil, no que se refere à conformação e também ao confronto a scripts de gênero nas relações sociais construídas



nesse contexto institucional, caracterizam o que Ferreira (2004) chama de ajustamentos primários e ajustamentos secundários. Para a autora, a partir das contribuições de Goffman (1974) e outros autores:

tanto os *ajustamentos primários* como os *ajustamentos secundários* se tratam definições sociais que co-existem em qualquer instituição, constituindo modos pelos quais os indivíduos adoptam ou se distanciam das regras, objetivos e valores de uma organização, manifestando um vasto leque de possibilidades de acção. No primeiro caso, [...], as crianças subscrevem e aderem aos valores inerentes à ordem institucional adulta e ao mundo por ela designado como se fora o seu próprio, contribuindo para sua integração como crianças membros do J1 [jardim de infância]. No segundo caso, os *ajustamentos secundários* permitem evidenciar os modos sob os quais é construída a *vida íntima* ou *submundo da instituição*, uma vez que se referem aos modos pelos quais o(s) participante(s) de uma organização emprega(m) rotineiramente os meios e recursos legítimos para obter meios ilícitos ou conseguir fins não-autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar e burilar não apenas aquilo que a organização supõe que ele(s) deve(m) fazer e obter, mas também aquilo que a organização pensa que ele(s) deve(m) ser [...] (FERREIRA, 2004, p. 120).

Nesse caso, explicita-se que os ajustamentos secundários relacionam-se à acção social das crianças de confronto a uma ordem instituída. Assim, torna-se importante compreender como as crianças reconhecem os princípios, regras e rotinas que definem a ordem institucional da Educação Infantil e subvertem, adaptam ou confrontam esta ordem e os constrangimentos que o mundo adulto lhes impõe, evidenciando assim a ordem instituinte das crianças.

Considera-se que este movimento de construção de significações próprias a partir da apreensão criativa de informações do mundo adulto de forma a atender aos seus interesses infantis é um processo que atua ativamente na construção dos gêneros masculino e feminino pelas crianças na educação infantil.

É nessa direção que a pesquisa que origina este trabalho se propõe a traçar uma cartografia (DELEUZE; GUATARRI, 1995) das relações sociais de gênero construídas pelas crianças em interação com os adultos no espaço-tempo do cotidiano da educação infantil, mapeando os ajustamentos primários e ajustamentos secundários que são estruturados a partir de uma ordem institucional adulta e uma ordem instituinte das crianças.

As crianças, ao se confrontarem com uma ordem institucional adulta (FERREIRA, 2004), interpretam-na de acordo com seus interesses, criando outras formas culturais nas relações e interações com outros sujeitos sociais, constituindo assim um processo de



reprodução interpretativa (CORSARO, 2009), no qual, ao apropriar-se interpretativamente do mundo adulto, recriam e reelaboram uma ordem social infantil, criando assim seus próprios elementos culturais. As crianças resistem à ordem adulta, criam estratégias e organizam o tempo e o espaço de acordo com seus interesses.

Ao propormos pesquisar *com* as crianças, considera-se a necessidade de dar-lhes “voz” não para saber o que elas reproduzem das culturas hegemônicas que configuram a estrutura social. Como propõe Rocha (2008, p. 46), o que tem importância é o sentido de “escutar” as crianças para confrontar e conhecer um ponto de vista diferente daquele que nós seríamos capazes de ver e analisar no âmbito do mundo social de pertença dos adultos.

Nesse sentido, para o trabalho de pesquisa com crianças considera-se a pista de que cartografar é acompanhar processos, é habitar um território existencial (DELEUZE; GUATARRI, 1995). Habitar um território significa “estar aberto à experiência, sem qualquer necessidade de controle ou explicações através de conceitos representacionais-explicativos, exteriores à própria experiência” (SOUZA; FRANCISCO, 2016, p. 816). Esse território, conforme propõem os autores, é mais do que um campo geográfico, institucional, se refere aos sentidos, movimentos e processos que compõem um certo estilo e um modo de habitar.

Assim, realizar uma cartografia de gênero nesse território existencial em que se configura o espaço-tempo dos contextos de educação infantil, requer procedimentos mais abertos e ao mesmo tempo mais inventivos. Como destacam Graue e Walsh (2003), no trabalho de campo *com* crianças, tem-se que buscar “permanentemente maneiras novas e diferentes de ouvir e observar as crianças e de recolher traços físicos de suas vidas” (GRAUE; WALSH, 2003, p. 20).

A partir dessas proposições, em linhas gerais, os procedimentos metodológicos e instrumentos propostos para a geração de dados da investigação que dá origem a este artigo seguem indicações da perspectiva interpretativa da pesquisa com crianças, sendo relatados a seguir.

Observação participante - observar as crianças em contextos locais possibilita prestar atenção às particularidades concretas de suas vidas nesses contextos e registrar tais particularidades em pormenores. Assim como propõe Delgado e Müller (2008), observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e cotidianos de muitos ângulos e maneiras diferentes, o que nos fornece, retomando Graue e Walsh (2003), uma descrição mais completa da parte do mundo social que está a ser investigada.



Recursos fotográficos e audiovisuais - os recursos fotográficos e filmagens permitem captar cenas, episódios e acontecimentos do cotidiano da instituição, sendo um complemento às observações, possibilitando uma descrição e análise mais densa da realidade social apresentada.

Conversas com as crianças - a adoção de conversas e não de entrevistas com as crianças como procedimento de geração de dados se dá a partir da perspectiva de Rocha (2008). A autora indica que os procedimentos de escuta que utilizam diferentes suportes expressivos permitem captar melhor as perspectivas das crianças, amenizando o constrangimento advindo do poder inerente das relações geracionais, o que possibilita ao pesquisador estar mais próximo às crianças, em uma relação mais horizontal. Está prevista também a realização de conversas com professores/as e equipe pedagógica da instituição pesquisada.

Diário de campo - o registro de observações, conversas informais e comentários diversos a respeito da investigação serão feitos em diário de campo durante toda a fase de geração de dados. Graue e Walsh (2003) destacam que as horas passadas no campo devem compor um registro de dados robusto. Sem esse registro, por mais interessante e gratificante que tenham sido os momentos em campo, eles “não terão sido investigação, mas apenas belas recordações. A memória humana pode ser maravilhosa, mas não é o local ideal para guardar dados, a não ser por brevíssimos períodos de tempo” (GRAUE; WALSH, 2003, p. 158).

Termo de Assentimento das Crianças – a elaboração de um Termo de Assentimento para crianças que são convidadas a participarem de pesquisas segue as indicações da Resolução CNS 466/12, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. É importante destacar, conforme Sunaga (2015), que tal resolução segue uma tendência atual de motivar o desenvolvimento social da criança e valorizar sua perspectiva e sentimentos nos processos decisórios que a envolve.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – a participação das crianças na pesquisa deve ser precedida pela autorização de seus responsáveis, registrada e assinada no TCLE, aprovado previamente pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição proponente.

Assim, conforme destaca Rocha (2008), torna-se importante na pesquisa com crianças o cruzamento de variados procedimentos que capturem as diferentes expressões infantis, para que seja possível nos aproximarmos tanto quanto possível de interpretações que traduzam suas perspectivas.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cartografia surge como um processo metodológico que permite um movimento comunicativo de diálogo intercultural, de compartilhamento, no sentido de uma relação que se dá entre sujeitos que ocupam diferentes lugares sociais (adultos e crianças). Cartografar o território existencial da educação infantil significa estar aberto à experiência de pesquisar com as crianças, escutá-las, captar seus modos de expressão, seus sentidos, pontos de vista, movimentos, suas culturas infantis, que caracterizam um certo modo de habitar este território.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M.C.S. Pedagogia da infância. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

BUSS-SIMAO, Márcia. Um olhar sobre os ajustamentos primários e secundários num contexto de educação infantil. **Educação em revista**, v. 29, n.1, p.151-178, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v29n1/a08v29n1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CORSARO, Willian A. Reprodução interpretativa e cultura de pares. In: MULLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida. (Orgs). **Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro**. São Paulo: Cortez, 2009.

COSTA, Luciano Bedin da. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista digital do LAV**, Santa Maria, vol. 7, n.2, p. 66-77, mai./ago, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/download/15111/pdf_1. Acesso em: 12 fev. 2018.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. (Org.). Apresentação. In: **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Abordagens etnográficas nas pesquisas com crianças. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.) **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Manuela. Do avesso do brincar ou as relações entre pares, as rotinas da cultura infantil e a construção da(s) ordem(ens) social(ais) instituinte(s) das crianças no Jardim de Infância. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Edições ASA, 2004.

GRAUE, M. Elizabeth; WALSH, Daniel. **Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.



SOUZA, Severino Ramos Lima; FRANCISCO, Ana Lúcia. O método da cartografia em pesquisa qualitativa: estabelecendo princípios, desenhando caminhos. **Atas CIAIQ 2016**, vol. 2. p. 811-819, 2016. Disponível em: <http://www.procedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/viewFile/86/812>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SUNANGA, Francis Bozolan. **Sobre o uso e implicações do Termo de Assentimento para crianças em pesquisas biomédicas no Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/311598/1/Sunaga_FrancisBozolan_M.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.